

Sobre o mar que herdamos: segunda onda feminista, memória e esquecimento¹

Giulia Alves RIBEIRO²

Marialva Carlos BARBOSA³

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Este trabalho objetiva a reinterpretação da história do feminismo brasileiro, a partir do resgate de suas narrativas fundadoras (1975-1988), que se encontram em processo de esquecimento. Por meio da articulação sensível entre narrativa e temporalidade, o resgate dos atos comunicacionais, a partir da metodologia de história de vida e também temática, evidencia estratégias originais propostas por esse feminismo, tanto para se opor ao controle ditatorial, quanto para se opor à dimensão patriarcal. Neste sentido, o estudo abre espaço para novos encadeamentos, fundamentados na escuta e capazes de ressignificar narrativas hegemônicas, responsáveis por um passado de silêncio.

PALAVRAS-CHAVE: feminismo; memória; narrativas; esquecimento.

Introdução

O presente trabalho pretende reinterpretar a história da segunda onda do feminismo brasileiro (1975-1988), a partir de narrativas fundadoras sobre os primeiros passos que deram início às articulações no Centro da Mulher Brasileira. No recuperar desta memória historicamente negligenciada, está intrínseca a potencialidade de ecoar novas vozes, até então esquecidas e silenciadas.

E por que falar de feminismo? A resposta mais correta é, provavelmente, "porque ainda há muito a se conquistar". A confissão mais honesta seria "porque é necessário". Muito se fala sobre fazer política em tempos de exceção, mas pouco se reconhece que, para minorias, todo o tempo é tempo de exceção. Cada conquista precisa ser reafirmada

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gênero, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Curso de Comunicação e Cultura da ECO-UFRJ, e-mail: giulia.ribeiro@ufrj.br.

³ Orientadora do trabalho. Professora Titular da ECO-UFRJ, e-mail: marialva153@gmail.com.

todos os dias, com o risco constante de perda de direitos, principalmente em contextos de crise política, econômica, social e sanitária.

Vivemos, no Brasil de 2021, um contexto em que não faltam investidas contra os direitos das mulheres frente o projeto político da extrema-direita, concretizado principalmente na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Com a pandemia do novo coronavírus desde 2020, percebemos o agravamento de desigualdades sociais, mas um dado alarmante diz respeito somente às mulheres: o aumento da violência contra a mulher⁴.

Mas é evidente que não foi o coronavírus que criou a condição da mulher, ele apenas escancarou uma situação já existente, e persistente. Vivemos uma pandemia dentro de uma pandemia - e esta outra tem gênero.

Ainda assim, é indiscutível que o lugar da mulher, na sociedade, foi transformado ao longo da história. Por mais que as conquistas das mulheres não estejam completamente garantidas, o feminismo se disseminou, conquistou novos espaços na mídia, na política, no mercado de trabalho e na academia.

Em seu livro *Explosão Feminista* (2018), Heloisa Buarque de Hollanda assinala uma característica "falta de memória"⁵ da história do feminismo brasileiro, em especial do momento histórico (a "onda"), isto é, o período compreendido entre x e y, que antecedeu a quarta, ou seja, os tempos mais contemporâneos. É evidente que essa luta, de que o livro se ocupa, a qual ganhou muita projeção com as manifestações a partir de 2015, não surgiu ontem.

Margareth Rago (1996), no trabalho *Adeus ao Feminismo?*, questiona-se o desconhecimento que as próprias mulheres têm sobre tudo o que conquistamos, e até mesmo de onde vem essa luta:

É de se perguntar, aliás, por que nem mesmo as mulheres, nós mulheres, reconhecemos o muito do que hoje conquistamos, as enormes possibilidades abertas especialmente nas últimas três

⁴ Dados do Monitor da Violência, uma parceria entre o G1, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostram que os homicídios de mulheres cresceram em 14 estados em 2020 durante a pandemia, em comparação com o mesmo período de 2019. Desses, três apresentaram um aumento de mais de 80%: Ceará (89%), Tocantins (143%) e Rondônia (255%). E nos dados, mais um fator alarmante: dos casos em que o componente racial das vítimas foi informado, 73% das mulheres mortas eram negras. Ver "Os efeitos colaterais da pandemia sobre a vida das mulheres". **G1**, 16 set. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/os-efeitos-colaterais-da-pandemia-sobre-a-vida-das-mulheres.ghtml>>. Acesso em: 16 set. 2020.

⁵ "Percebi, ao longo da pesquisa, uma inexplicável lacuna de memória na história da terceira onda feminista no Brasil. Abri, então, uma última parte, que chamei de "As veteranas", com depoimentos de lideranças importantes daquele momento." (HOLLANDA, 2018, p. 13)

décadas como um resultado das pressões e lutas colocadas pelo feminismo? (RAGO, 1996, p. 12)

Tal percepção também é presente no texto sobre a “quarta onda”, denominado "Corpo geração e identidade: a *Marcha das vadias* no Brasil" (GOMES; SORJ, 2014). As autoras Carla Gomes e Bila Sorj (2014) reconhecem que há um "sentimento compartilhado" entre as feministas de que há uma aparente perda do legado das gerações anteriores. Elas também apresentam uma possível explicação: "os/as jovens, ao crescerem em uma sociedade que ampliou as liberdades de escolhas das mulheres, teriam perdido a noção da transformação histórica das relações de gênero provocadas pelas lutas feministas dessa geração." (GOMES; SORJ, 2014, p. 433)

É a segunda onda que estrutura, de forma concreta, as bases para a condição da mulher contemporânea. Falo das conquistas das bases legais e práticas que orientam a transformação do papel da mulher na sociedade. Para onde foi esse legado? Como pode existir uma expressão feminista atual tão pungente que deixou suas antepassadas à deriva?

Entre as ondas, as mulheres estão sempre à deriva no mar da história. Confrontadas com golpes, ditaduras ou mesmo o avanço do conservadorismo em tempos de Democracia, lutar pelo feminismo parece atravessar o bem e o mal. A própria imagem de uma onda remonta a sua conflituosa relação com o mar. Após a ditadura militar, a possibilidade de leitura dos fatos ficou condicionada ao esquecimento histórico. (CUNTO, 2018, p. 28)

Dialogando com Michel Pollak (1989), Cunto (2018, p, 28) destaca o conceito de memória coletiva e o fato de estar sempre sujeito a reconstruções e vivificações. Em relação à memória coletiva nacional (a memória histórica) destaca o fato de poder ter caráter opressor e uniformizador, dando oportunidades a determinadas falas e olhares (dos dominantes), que se utilizam dela como estratégia de imposição de uma visão única sobre os fatos.

A fragilização da herança e memória sobre a segunda onda gera consequências graves para o futuro do movimento feminista brasileiro. E se tratando de uma força revolucionária, não podemos tratar esse enfraquecimento como simples fruto do acaso. Com tantas evidências da vitalidade do feminismo contemporâneo, não faz sentido questionar se o movimento teria se tornado obsoleto ou acabado. Por outro lado, ecoam muitos sintomas a respeito dessa falta de memória, o que torna um resgate extremamente relevante e necessário, não só para a história das mulheres brasileiras, mas também

porque, ao reconstruirmos estas páginas esquecidas, abrimos as portas para a elaboração de narrativas originais, que são capazes de se opor ao controle e dominação do Estado.

Tal afirmativa parte do reconhecimento do campo da história também como um campo de luta. Em *O Anjo da História*, Walter Benjamin (2019) define a orientação historicista como o ponto de vista do vencedor. Isso significa que o consagrar-se na história é um privilégio daqueles que detém o poder, inclusive o poder de fala. Assim, as vitórias dos passados que herdamos pressupõem também a "escravidão anônima de seus contemporâneos" (BENJAMIN, 2019, p. 13).

Essa noção dialoga com a enorme potência em reconhecer as vozes tradicionalmente marginalizadas pela escrita da história. Principalmente no sentido atribuído às narrativas pelo trabalho do sociólogo austríaco Michael Pollak (1989, p. 4): "ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional".

Tratar das dimensões simbólicas de uma história encoberta, através das próprias memórias silenciadas dessa geração, significa trabalhar as “especificidades do modo próprio de inteligibilidade do processo de produção de sentido e de discursos sociais” (SODRÉ, 2014, p. 293). É transformar o passado em uma superfície dinâmica por meio de sua própria trama simbólica da cultura (RICOEUR, 1994), contida na própria história que essas narrativas são capazes de redescobrir.

A palavra é cura

Mas como um simples ecoar de vozes e memórias marginalizadas seria suficiente para transformar este espaço histórico-temporal de silenciamento e repressão? Seguindo os passos da filósofa e feminista bell hooks⁶, acredito que o espaço de construção teórico-acadêmico não se encontra apartado da dimensão material e prática do mundo. Isso porque

Quando a nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática. Com efeito, o que essa experiência mais evidencia é o elo entre as duas - um processo que, em última análise, é recíproco, onde uma capacita a outra. (hooks, 2017, p. 85-86).

⁶ A autora bell hooks opta pela grafia do próprio nome em letras minúsculas, como um posicionamento político-ideológico.

É evidente que apenas teorizar não será intrinsecamente libertador e revolucionário. Mas, quando agenciamos o discurso a este sentido, "a teoria pode ser um lugar de cura" (hooks, 2017, p. 85). E esta produção pretende instrumentalizar o passado segundo a palavra, em sua dimensão de cura.

Daí, tem-se que as narrativas individuais possuem grande potencial para elucidar o tempo "dos vencidos", a partir das experiências de diferentes mulheres ao longo de suas trajetórias de vida. Isto é possível porque "o nosso sistema social encontra-se integralmente em cada um dos nossos atos, em cada um dos nossos sonhos, delírios, obras, comportamentos. E a história desse sistema está contida por inteiro na história de nossa vida individual" (FERRAROTTI, 2010, p. 44)

É importante ressaltar que a reconstrução proposta só pode ser realizada porque busca os rastros dos atos comunicacionais (SODRÉ, 2014) no tempo. Sendo assim, a partir da compreensão do campo da comunicação como "a história do tempo passando" (BARBOSA, 2017), intui-se a dimensão vinculativa⁷ da ciência do comum (SODRÉ, 2014).

Nessa lógica, optar pela palavra pressupõe abandonar uma perspectiva histórica uniforme de causa e efeito, muitas vezes homogênea e rigidamente hierarquizada "para estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o "lugar" do acontecimento" (FOUCAULT, 1999, p. 56).

Na busca por esse sentido, articular historicamente o passado, mesmo quando se tratando de um tempo marginalizado e esquecido, não significa descobri-lo tal qual ele foi, como alguém que descobre uma suposta "verdade". Posto que

[...] o passado só pode ser apreendido como imagem irrecuperável e subitamente iluminada no momento do seu reconhecimento. [...] Porque é irrecuperável toda a imagem do passado que ameaça desaparecer com todo o presente que não se reconheceu como presente intencionado nela. (BENJAMIN, 2019, p. 11)

Este entendimento é fundamental para a articulação proposta neste trabalho, que tem como objeto de pesquisa narrativas e discursos. A oportunidade de estabelecer novos encadeamentos histórico-sociais permite a (re)modulação de olhares, entendimentos,

⁷ Muniz Sodré (2014) categoriza a comunicação em três dimensões operacionais: relacional, vinculativa e metacrítica. A primeira versa sobre as questões midiáticas, a partir do paradigma técnico-informacional. Já a segunda trabalha as ações e reações vinculativas constitutivas do comum humano. E a terceira se ocupa da discussão da própria comunicação, como conceito. (SODRÉ, 2014, p. 293-294)

lugares e afetos. Isso significa perceber as dinâmicas da história e toda a complexidade do olhar histórico.

Até porque falar **sobre** algo não é simplesmente falar de algo, mas também dialogar **com**. Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Mikhail Bakhtin (2006, p. 42) dirá que “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”. Sendo assim, não existe falar desimplicado, discurso neutro ou mesmo apolítico. O tratar de um assunto pressupõe se relacionar com ele e produz efeitos em si, no outro e no mundo.

De que feminismo estamos falando?

A metáfora de ondas é muito oportuna para caracterizar as etapas do movimento feminista. Criada por Martha Weinman Lear, jornalista e militante, o termo "onda feminista" aparece pela primeira vez em um artigo de 10 de março de 1968, intitulado “The Second Feminist Wave”, ou "a segunda onda feminista", em tradução livre, publicado no suplemento *The New York Times Magazine* (TRIZOLI, 2018).

As ondas do feminismo repuxam, crescem e retornam num eterno (re)fluxo de consciências. É uma perturbação constante e inevitável à calmaria do sistema opressor, que se pretende estático, imutável. As ondas sempre surgem e quebram, uma após a outra, na margem. Mas também é à margem que as águas ganham forças para explodir em uma nova onda. E não há muro, não há exército, não há violência capaz de conter o deslocamento de uma série de ondas: *tsunami* - que se tivesse de seguir as regras de nomenclatura dos furacões, provavelmente teria nome de mulher.

Porém, categorizar as ondas feministas também é um artifício didático, a partir de um olhar do presente orientado para identificar tendências do passado. Esses sentidos, como pautas, nunca foram completamente homogêneos, uníssonos ou harmoniosos, assim como as águas que se chocam de todos os lados no mar.

A segunda onda do feminismo no Brasil representou a retomada da luta das mulheres brasileiras, que experimentou um esfriamento⁸ após a mobilização antecessora, protagonizada por Bertha Lutz na marcante reivindicação sufragista, como já destacamos anteriormente. O novo fôlego surge justamente durante a década da mulher, instituída pela ONU de 1975 até 1985.

⁸ Tal lapso é assinalado em trabalhos como PEDRO (2006), PINTO (2003) e CUNTO (2018).

O marco inicial é considerado o seminário "Semana de pesquisa sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira", que aconteceu de 30 de junho a 6 de julho de 1975, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Rio de Janeiro. Realizado pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC-Rio), o evento resulta na criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), fruto do entusiasmo proporcionado pelo potente encontro e que não poderia mais simplesmente findar ali.

Já o processo de redemocratização, a partir de 1985, é o divisor de águas da segunda onda e sua sucessora, já que, na interpretação vigente por marcos históricos significativos, houve uma transformação contundente no contexto material em que ela está inserida, isto é, a ditadura. Com o sucesso do "Lobby do Batom"⁹, responsável por assegurar diversas conquistas, o movimento tomaria outros rumos, com novas demandas e direcionamento de pautas.

Nesse sentido, a segunda onda feminista é caracterizada pela forte presença da ditadura, da repressão e da censura. Diante desse quadro político, o feminismo brasileiro conheceu um recuo estratégico, particularizando-se em relação aos movimentos internacionais. Num momento em que o simples reunir já era um ato perigoso¹⁰, essas mulheres estruturaram órgãos e instituições que pudessem justificar suas "transgressões". Além do CMB, surgem organizações, como o SOS Mulher, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), o Grupo Ceres, o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, entre outras.

Os Centros eram lugar de troca, de encontro, de solidariedade e cooperação entre mulheres – sendo esse tipo de modelo particularmente inédito para o movimento brasileiro. Os atos comunicacionais (SODRÉ, 2014) construídos nestes espaços, das feministas para elas mesmas e das feministas para o mundo, apontam dimensões que, mesmo determinantes para o rumo do feminismo, ficaram soterrados pelo apagamento histórico.

Nos Centros, as relações eram pautadas nessa dimensão do sensível, do afeto, rompendo radicalmente com a dicotomia estabelecida no campo do conhecimento entre

⁹ "Lobby do Batom" refere-se ao movimento de mulheres que pressionou a Assembleia Nacional Constituinte por direitos civis, econômicos e sociais. Coordenado pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), a campanha "Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher!" reivindicava a "igualdade de direitos e responsabilidades na família, a definição do princípio da não discriminação por sexo e raça-etnia, a proibição da discriminação da mulher no mercado de trabalho e o estabelecimento de direitos no campo da anticoncepção" (CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA, 2019).

¹⁰ Este discurso é muito persistente nas falas das protagonistas da segunda onda que viveram estes passos iniciais. Ver PEDRO (2006).

razão e emoção. E, não por acaso, tais categorias são historicamente associadas ao masculino, com significado positivo, e ao feminino, em sentido negativo, respectivamente (LEAL, 2015).

Os Centros também representaram um deslocamento das demandas das mulheres, antes relegadas ao contexto privado para a esfera pública. Segundo Rachel Soihet (2013), a mobilização das feministas de segunda onda inaugurou o lugar do feminismo como ação política no Brasil. Tal ação política aqui abordada fundamenta-se na premissa estabelecida por Hannah Arendt (2005) de que

[...] tal como a vivenciamos os gregos, a liberdade se dá no âmbito da convivência humana e enquanto razão de ser da política não é prerrogativa do indivíduo isolado. Manifesta-se através da ação e da palavra no espaço público político, o lugar da proximidade entre os cidadãos (ARENDR, 2005 *apud* SCHRAMM, 2008, p. 13).

Tratando-se do movimento das mulheres, este lugar de proximidade, onde ocorre o encontro, a palavra, o fazer-político livre, é nada mais nada menos do que os próprios Centros. Livres da vigilância dos maridos, as mulheres iniciavam um processo de autoconscientização, debatendo, na dimensão do afeto, as questões próprias da vida particular. Mas, ao fazerem isso, transformavam essas demandas em uma dimensão política e, com isso, rompiam à esfera pública.

Para se colocarem na esfera pública, em um contexto de ditadura civil-militar, as iniciativas feministas da segunda onda sabiam que precisavam buscar o apoio de outras instituições progressistas da época. Assim, recorreram a articulações com a Igreja Católica e com o Partido Comunista, que eram aliadas na oposição ao regime militar. Mas isso se tornaria complicador para o movimento de mulheres. As lutas feministas, que surgiam na Europa e nos Estados Unidos, levantavam a bandeira “o pessoal é político” e defendiam o direito ao corpo, ao aborto, à liberdade sexual, paralelamente ao fim das desigualdades no trabalho e no contexto familiar. No Brasil, a maioria dessas bandeiras confrontavam diretamente os dogmas da Igreja (BLAY; AVELAR, 2017) e também os princípios do Partido Comunista (SARTI, 2001), que argumentava por uma luta mais ampla, na qual não cabiam as demandas mais singularizadas das feministas.

O resultado foi a fragilização inicial da retomada do nosso feminismo, que experimentou um distintivo recuo em relação ao feminismo internacional, concentrando-se, prioritariamente, nas questões trabalhistas, na demanda por creches e no enfrentamento da violência contra a mulher ao longo da década de 1970. É este *habitus*

(BORDIEU, 2011), demarcado entre a restrição de demandas dentro do próprio movimento e a repressão silenciosa promovida pelo Estado, que antecede à nova e explosiva onda feminista contemporânea – a que nós assistimos sem fazer as devidas articulações com o passado.

Para esta análise, apresento as narrativas de Jacqueline Pitanguy, socióloga e cientista política, e Branca Moreira Alves, historiadora, tendo ambas atuado na fundação do Centro da Mulher Brasileira. Além disso, trago os testemunhos de Leila Linhares Barsted, advogada e ativista que integrou os primeiros grupos de reflexão que deram origem ao Centro, e Comba Marques Porto, também advogada e militante do partido comunista, que foi presa durante o congresso da UNE em 1968, Ibiúna. Ecoo ainda as vozes de Maria do Espírito Santo (conhecida como Santinha), médica negra que atuava principalmente na área de saúde da mulher, e Maria José de Lima (ou Zezé), enfermeira e mulher negra que mais tarde funda o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro.

As entrevistas¹¹ aqui citadas foram realizadas no âmbito da pesquisa Palavra Fora do Eixo: o Caso do Feminismo, orientada por Heloisa Buarque de Hollanda, o qual integrei de 2018 a 2020. A metodologia de histórias de vida se mostra um recurso particularmente valioso, porque não apenas leva em consideração a experiência subjetiva dos sujeitos, mas deixa fluir sua memória, produzidos jogos de lembranças, esquecimentos, apagamentos, silenciamentos, fundamentais para a interpretação da história que está sendo contada.

Em virtude das mais de dez horas de depoimentos que totalizam a caminhada na pesquisa orientada pela Heloisa, e também pela grande diversidade de temas possíveis a serem abordados nos relatos já publicados, faz-se necessária uma seleção cuidadosa dos trechos a integrarem esta análise¹².

O critério utilizado foi a busca por identificar os rastros dos atos comunicacionais das mulheres em relação aos Centros, tentando evidenciar as estratégias sensíveis

¹¹ Estes encontros foram realizados antes da pandemia de coronavírus, entre 2018 e 2019. O contato foi estabelecido por meio da orientadora do projeto, Heloisa Buarque de Hollanda, e as entrevistas foram realizadas por mim, Pê Moreira, Rachel Mattos e Julia de Cunto, integrantes do grupo de pesquisa.

O roteiro base para todas as entrevistadas era composto por cinco blocos de perguntas abertas, com determinadas especificidades referentes ao lugar que cada uma das entrevistadas ocupou durante a militância, ou seja, tomando como chave para as entrevistas o tema dominante (feminismo) e, assim, aproximando a metodologia das “Histórias Temáticas”: 1) apresentação; 2) contexto anterior e o seminário na ABI; 3) os primeiros passos no movimento feminista; 4) a atuação no movimento, seus conflitos e manifestações; 5) o ativismo, os principais temas e estratégias.

¹² Estas narrativas também integram meu Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo, defendido em março de 2021, na ECO-UFRJ, e serão retomadas e aprofundadas no Mestrado em Comunicação e Cultura da UFRJ, para o qual fui aprovada em 2021, sob a orientação da professora doutora Marialva Carlos Barbosa.

(SODRÉ, 2006), de solidariedade e afeto, que nortearam os primeiros passos do movimento feminista. Na mesma lógica, investigo nos testemunhos os indícios que demonstram o salto da esfera privada para a esfera pública, protagonizado pela segunda onda e representado principalmente na construção política dentro dos Centros, sob a bandeira "o pessoal é político".

Nossa maré de histórias

Apesar do marco inicial da segunda onda do feminismo ser considerado o seminário Pesquisa sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira, em 1975, o evento, é claro, não ocorreu a partir "do nada". Leila Linhares comenta¹³ que a percepção de um "vazio" entre a primeira e a segunda onda do feminismo não é completamente correta, uma vez que existiam mulheres produzindo, dentro e fora da academia, obras feministas, ainda que não se rotulassem dessa forma.

A semente do evento na ABI foram os grupos de reflexão, citados por Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy e Leila Linhares. A última conta que as reuniões eram feitas nas casas umas das outras, e suas palavras evidenciam a construção de comunidades afetivas, pautadas em relações sensíveis, de escuta e solidariedade.

A gente se reunia nas casas umas das outras, sentávamos no chão. Era uma coisa extremamente afetiva. A vida da outra nos afetava, tinham experiências sendo trocadas. Ninguém sabia mais do que ninguém, todas estávamos no mesmo barco, e nos perguntávamos: o que fazer? Essa era a grande questão. O início do movimento foi horizontal e afetivo, principalmente. Muitos anos depois, a gente ficava pensando na frase do Guevara: *Hay que endurecer, pero jamás perder la ternura*.¹⁴ Nesse primeiro momento, as relações pessoais eram muito fortes; era uma militância, mas era uma amizade também. (BARSTED, 2018)¹⁵

No trabalho *O que é feminismo* (1982), as feministas Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy explicam a dinâmica dos primeiros grupos de reflexão, que seriam a semente para o evento na ABI e mais tarde também do Centro da Mulher Brasileira:

[...] grupos pequenos e informais, constituídos unicamente por mulheres. Essa tática desenvolveu-se espontaneamente. Surgiu pela necessidade de se romper o isolamento em que vive a maior parte das mulheres nas sociedades ocidentais, nuclearizadas em suas tarefas domésticas, em suas experiências individuais vividas solitariamente. A mulher constituiu assim um espaço próprio para

¹³ Entrevista concedida por Leila Linhares Barsted, pessoalmente, em 17 set. 2018.

¹⁴ "É preciso endurecer, mas sem jamais perder a ternura", em tradução livre.

¹⁵ Entrevista concedida por Leila Linhares Barsted, pessoalmente, em 17 set. 2018.

expressar-se sem a interferência masculina, para compreender-se através de sua voz e da voz de suas companheiras, para descobrir sua identidade e conhecer-se. Nestes grupos a mulher descobre que sua experiência, suas dificuldades, frustrações e alegrias não são isoladas nem fruto de problemas unicamente individuais, mas, ao contrário, são partilhadas por outras mulheres. A descoberta dessa experiência comum, a transformação do individual em coletivo, forma a base do movimento feminista... Se o que era aparentemente individual e isolado se revela, na verdade, como uma experiência coletiva, concretiza-se a possibilidade de luta e de transformação. (BRANCA; PITANGUY, 1982, p. 66-67)

Esta experiência, que emblematicamente representa a hibridização das esferas público e privadas, persiste e norteia as bases da segunda onda do feminismo no Brasil.

Em virtude da década da mulher, estabelecida pela ONU em 1975, estas mulheres que já estavam envolvidas em grupos de reflexão sobre a temática feminista e se reuniram para organizar um evento, que ficou conhecido como o seminário na ABI. Ao final da semana Pesquisa sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira, Santinha relata que houve uma "explosão de conhecimento naquele espaço e um sentimento compartilhado de multiplicar isso. Essa ideia de multiplicação foi a base de tudo que a gente aprendeu ali no seminário." (SANTOS, 2018)¹⁶

O Relatório Final do Seminário na ABI¹⁷ expõe em uma de suas conclusões que, para mudar o panorama da mulher no Brasil "é necessário que as mulheres se organizem e possam manifestar livremente seu pensamento, numa ampla frente para discutir, reivindicar e se lançar num programa de ações concretas" (PORTO, 2015, p. 91) Neste contexto, surge a proposta de criação de um órgão e elas decidem se reunir. Naquele momento, no entanto, o simples ato de se reunir era extremamente perigoso.

Zezé conta que a reunião que antecedeu a criação do Centro da Mulher Brasileira foi marcada por estratégias que determinavam desde como passar o endereço e para quem, até possíveis disfarces para o caso de uma intervenção da polícia.

Se estabeleceram códigos de como seria: uma pessoa de confiança formou os blocos e uma mulher tinha que dizer à outra [partes do endereço]. E lá se formaram os primeiros grupos, de dez em dez, com quem tinha alguma coisa afim. Foi muita coragem, e não aconteceu nenhuma repressão. Fomos, ficamos em reunião até meia noite, uma hora da manhã, e voltamos. Sem maiores dramas, ninguém foi presa. Mas tinha que ter todo um disfarce quando reunia. Tinha toda uma estratégia: se chegasse a polícia, a gente estava trocando receita, ensinando crochê... havia uma preocupação

¹⁶ Entrevista concedida por Maria do Espírito Santo Cardoso dos Santos, pessoalmente, em 05 out. 2018.

¹⁷ A documentação original das resoluções finais do Seminário foi perdida ao longo dos anos, mas pode ser consultada na transcrição feita por PORTO (2015, p. 88-92).

do tipo "o que é que estão fazendo aqui reunidas" porque reunir, naquela época, era uma coisa muito perigosa. Então as pessoas tinham que ter cuidado de não repetir muito um local, não estacionar o carro no mesmo lugar, estratégias de sobrevivência. (LIMA, 2018)¹⁸

O Centro era, portanto, espaço agregador de grupos com diferentes contextos e interesses, que se reuniam e articulavam em prol da causa feminista. Comba relembra:

Era onde estavam as mulheres da União Brasileira de Mães, as mulheres dos partidos, etc. Uma salinha pequena em que acontecia tudo. Mas os grupos de reflexão que foram criados, meio que assim, com temática livre, eles foram mais sustentáculo da militância. Ali cresceu a pauta, a nova pauta, através desses grupos. Nestes grupos, a gente discutia muito abertamente questões da nossa vida pessoal. (PORTO, 2018)¹⁹

No contexto da ditadura, o Centro era uma possibilidade "aceitável" para quem desejava, na verdade, lutar contra a ditadura. "Se eles achavam que você só estava se reunindo para ensinar a vacinar, a cuidar de bebê, para discutir saúde ou que não se deixe espancar", explica Zezé, "o feminismo torna-se uma passagem aceitável, diante os ditadores" (LIMA, 2018)²⁰.

Com o tempo, foi ficando cada vez mais claro que "havia algumas mulheres que não eram feministas, mas viam no feminismo uma forma de atuação política e queriam trazer essas pautas partidárias para dentro do feminismo", conta Leila (BARSTED, 2018)²¹. Nas palavras de Zezé:

Não podia se falar de aborto, lesbianidade... havia temas que eram condenados. A cisão foi entre nós que estávamos querendo reaver a palavra, do ponto de vista de mulher. A gente não podia repetir a palavra de quem estava lutando contra a ditadura. Era uma outra luta, que elas tinham que exercer em outro espaço. Só que como não havia outro espaço, o Centro funcionava como um ponto de discussão da coisa. (LIMA, 2018)²²

Essa narrativa é corroborada por Santinha e Comba, que eram militantes do partido comunista antes de se envolverem com o feminismo. Santinha, inclusive, chegou a sair do partido quando percebeu que a questão da mulher não seria uma prioridade para

¹⁸ Entrevista concedida por Maria José de Lima, cit.

¹⁹ Entrevista concedida por Comba Marques Porto, cit.

²⁰ Entrevista concedida por Maria José de Lima, cit.

²¹ Entrevista concedida por Leila Linhares Barsted, cit.

²² Entrevista concedida por Maria José de Lima, cit.

eles, naquele momento²³. Comba também relata²⁴ que sofria muita pressão para não "ceder" às bandeiras feministas:

A tensão entre os grupos transformou aquele espaço em um lugar de diferença e conflito. Em 1979, acontece um "racha" no Centro da Mulher Brasileira. Muitas mulheres romperam com o Centro e passaram a integrar novos coletivos, ou foram cada vez mais diminuindo suas participações. "Na medida em que o movimento foi buscando outras formas de se organizar, o Centro vai perdendo a sua função. E ele vai se esvaziando. Para mim é uma memória afetiva muito grande", conta Leila (BARSTED, 2018)²⁵.

Conclusões

Estas foram algumas páginas da história escritas com a coragem das mulheres que ousaram ser luz, num momento de escuridão. Reviver esta memória é um farfalhar de asas num efeito borboleta: o delicado e sensível, maduro depois de metamorfosear, que produz um *tsunami* de perturbações e mudanças no outro lado do oceano do tempo. Uma enorme onda que tem nome, jeito, cara, cheiro e voz de mulher.

"Você já deve ter observado que a memória está perdida, mesmo entre as feministas", disse Zezé (LIMA, 2018)²⁶, durante nossa entrevista. Esta percepção foi corroborada nas narrativas de todas as nossas entrevistadas, e também, como já demonstrado anteriormente, em diversos trabalhos já publicados por elas, ou mesmo sobre elas.

Ao reconhecermos e valorizarmos a potência das narrativas marginalizadas da segunda onda do feminismo no Brasil, circunscrevemos o campo da comunicação, "a história do tempo passando" (BARBOSA, 2017), como um lugar de escuta, um lugar de memória.

As estratégias sensíveis desenvolvidas durante este período promoviam liberdade, solidariedade e empatia entre mulheres, muito antes desses valores se tornarem base do feminismo contemporâneo. O que, é claro, também não acontece por acaso. Estas mulheres construíram as ferramentas que pautam o feminismo até hoje, mas suas contribuições durante a segunda onda ainda se encontram à deriva na história.

²³ Entrevista concedida por Maria do Espírito Santo Cardoso dos Santos, cit.

²⁴ Entrevista concedida por Comba Marques Porto, cit.

²⁵ Entrevista concedida por Leila Linhares Barsted, cit.

²⁶ Entrevista concedida por Maria José de Lima, cit.

As narrativas marginalizadas do passado formam uma dimensão humana e histórica que, ao ser (re)construída segundo os atos de afeto e sensibilidade das próprias feministas da segunda onda, evidenciam o enorme poder que o simples narrar pode ter.

Portanto, este trabalho se apresenta, para nós, como um misto entre dever e necessidade. Dever de potencializar vozes silenciadas e necessidade de descortinar o esquecimento desta onda que foi sufocada pelo mar da história. Escutar umas as outras: foi assim que elas transformaram o mundo em um contexto de extrema repressão. E é com muita responsabilidade e dignidade que ousamos fazer o mesmo para reverter o silenciamento passado. Afinal, "não é a voz a que damos ouvidos um eco de outras já silenciadas?" (BENJAMIN, 2019, p. 10).

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006, 12.ed., 203p.

BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação: uma história do tempo passando. **Revista TransVersos**, [S. l.], n. 11, p. 98-118, dez. 2017.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2. ed ; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. Organização e tradução de João Barrento.

BLAY, Eva. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. In: BLAY, Eva; AVELAR, Lúcia (Org.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 65-98, 2017.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 5, p. 193-216, julho 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 dez. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (Brasil). **Plataforma 25 anos: Movimento de mulheres no Lobby do Batom - 1987**. Disponível em: <<https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/#>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

CUNTO, Julia de. **Escuto enquanto estão caladas: carta à segunda onda feminista**. 2018. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal: Ed. da UFRN; São Paulo: Paulus, p. 31-58, 2010.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. Edições Loyola: São Paulo, 1999, 5ª edição.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo, 2013.

LEAL, Tatiane. **A mulher poderosa: construções da vida bem-sucedida feminina no jornalismo brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970- 1978). **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, p. 3-15, 1989.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e pós-modernidade no Brasil. **Cadernos do arquivo Edgar Leuenroth**, n. 3/4, p. 11- 43, 1996.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa - Tomo I**. Campinas, Papirus, 1994.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos pagu**, n. 16, p. 31-48, 2001.

SCHRAMM, Luanda. Dilemas democráticos e midiáticos contemporâneos: apontamentos epistemológicos e normativos para uma compreensão das relações entre mídia e democracia. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 39, n. 2, p. 9-21, 2008.

SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum – notas para o método comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Mauad Editora Ltda, 2006.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos: Mulheres e suas lutas na conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

TRIZOLI, Talita. **Atravessamentos feministas: um panorama de mulheres artistas no Brasil dos anos 60/70**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.48.2018.tde-03122018-121223. Acesso em: 2020-08-18.